



Publicadas retificações da meta da receita tributária e seu desdobramento em 2009

Na edição de 26 de maio do *Diário Oficial do Estado*, foi publicada a resolução conjunta das Secretarias da Casa Civil, Economia e Planejamento e de Gestão Pública retificando a meta de 2009 para R\$ 96,7 bilhões. A medida é válida para fins de pagamento da Participação nos Resultados.

Ainda na mesma edição, foi publicada a resolução da Secretaria da Fazenda que revisa o desdobramento da meta das parcelas da receita tributária para este ano.

Leia matéria completa e confira as resoluções na íntegra na página 3.



Conselho do Sinafresp debate assuntos de interesse da categoria

O Conselho de Representantes do **Sinafresp** esteve mais uma vez reunido, no dia 30 de maio, para debater diversos assuntos de interesse da categoria.

Para conhecer as principais deliberações do encontro, leia matéria completa na **página 8**.

Nova edição da coletânea de Legislação de Pessoal está em fase final de produção



página 5

Presidente Prudente comemora 20 anos de fundação do **Sinafresp**



página 5

AFRs aposentados em 2008 são homenageados em noite de festa



página 13

AS PROMOÇÕES DE AFR POR ANTIGUIDADE DE 2006

O processo das Promoções por Antiguidade de 2006 dos AFRs está sofrendo um pouco de atraso em relação ao inicialmente planejado, devido a fatores que fogem do controle da Comissão de Promoção, como problemas de inconsistência de alguns dados do cadastro informatizado dos Agentes Fiscais de Rendas que estão concorrendo à promoção. Isso faz com que as informações sejam conferidas manualmente para que sejam evitados erros na montagem da lista classificatória. No entanto, a previsão é que em junho seja publicada a primeira listagem e que, se não houver muitos recursos, o processo se finde no mesmo mês ou, no máximo, em julho.

PROGRAMAS DE ANISTIA E PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS E ESTADUAIS – RECUPERANDO EMPRESAS OU CRIANDO “OTÁRIOS”

O presidente Lula sancionou, no final de maio, o novo programa de parcelamento de débitos federais que, a exemplo de programas do Estado de São Paulo, embute anistia total de multa (à vista) ou parcial de multas e juros, em prazos de pagamento que variam até 180 meses. É o quarto programa de parcelamento e anistia federal da atual década, havendo, em média, um programa a cada três anos (REFIS em 2000, PAES em 2003 e PAEX em 2006). Recentemente, a secretária da Receita Federal e auditora Lina Maria Vieira criticou o programa quando tramitava na Câmara Federal, pois, segundo ela, favorecia o contribuinte que não pagasse em dia seus impostos em detrimento do pontual, que, ainda de acordo com ela, estaria sendo tratado como “otário”. Também o jornal *Folha de S. Paulo* publicou editorial em 1º/5/2009, em que fez a seguinte afirmação sobre o programa: “A concessão frequente de anistias generalizadas lança descrédito sobre o fundamento da tributação, a responsabilidade coletiva pela manutenção dos serviços e dos poderes públicos. A carga de impostos no Brasil é absurda, não se nega. Mas é preciso enfrentar esse problema numa reforma abrangente, que trate de receitas e despesas do Estado. Para que cada um pague menos, é preciso fechar as brechas, legais e ilegais, ao escapismo fiscal”. Alguns aspectos deveriam necessariamente ser observados na concessão de anistias tributárias, disfarçadas ou não de parcelamentos: 1) O custo do dinheiro – sem dúvidas que para

o contribuinte que não pode pagar seu tributo na época própria e pode na época abrangida pelo programa, seria desejável que fosse feito um ajuste no montante de juros incidentes sobre o débito, de modo que reflita o custo atual do dinheiro. Porém, o contribuinte em mesma situação no passado que tomou empréstimos no sistema financeiro a juros altos para quitar débitos tributários não teve esse privilégio, ficando assim com tratamento desigual em relação aos favorecidos pelo programa; 2) Multas – são instrumentos coercitivos para que o contribuinte não sonegue tributos e/ou mantenha-se em dia com seus débitos e obrigações tributárias. Se não são usadas como no caso do pagamento à vista dos débitos do programa federal, incentiva-se o descumprimento da lei, e a discussão sobre o “custo-benefício” do não-pagamento do tributo desloca-se para os juros; 3) “Matar a galinha dos ovos de ouro” – inviabilizar a existência da empresa por meio da cobrança de altos débitos poderia levá-la à falência. Dessa maneira, o Estado não receberia nem os débitos atrasados e nem os futuros que ela poderia pagar, ou seja, ampará-la ao máximo por meio de programas de parcelamento e anistia, para que ela continue existindo, seria uma forma de tentar receber algum tributo no presente e no futuro. Isso, porém, também pode ser chamado de concorrência desleal, pois a empresa que transfere esta vantagem competitiva na composição de seus custos e abate no preço de seus produtos o imposto não pago (ou pago a menos pelos programas de parcelamento e anistia) concorre deslealmente com aquela que paga seus tributos em dia e não pode reduzir o preço de seus produtos pelo não-pagamento de tributos; 4) Manutenção de empregos e formalização de empresas – pode-se reduzir por meio de tais programas as dívidas tributárias para manutenção de empregos e evitar a informalização das empresas endividadas, mas não apenas para os inadimplentes. O rebaixamento de tributos deve ser isonômico para os que pagam tributos em dia também. Em suma, mais que tentar recuperar empresas e pagadores de impostos de forma desleal para com os que pagam seus impostos em dia, eis que criam condições desiguais de concorrência empresarial. Os programas de parcelamento e anistia federais e estaduais “aparentemente” estão sendo usados como instrumentos de aumento de arrecadação, sem preocupação de harmonizá-los com políticas tributárias

consistentes, pois penalizam sobremaneira os bons pagadores de tributos em favor dos maus pagadores. Que sejam dados amparos aos contribuintes que tiveram dificuldades no passado e que no presente poderiam se recuperar com um “empurrão” do Estado, porém sem a criação de concorrência desleal com os bons pagadores.

VISITAS AO SINAFRESP

Visitaram a sede do **Sinafresp** no mês de maio de 2009, o presidente da ASSTAT (Associação dos Técnicos da Secretaria da Fazenda do Estado de SP), José Pedro Fraga, acompanhado das diretoras Pêdra Fernandes e Elizabeth dos Santos; os conselheiros do **Sinafresp** Victor Núncio Aprile (Capital), José Francisco Pinto (Araraquara), Flávio Werneck (Santos), Gilberto Antonio de Oliveira (Araçatuba) e Adolpho Freitas Ávalos (Presidente Prudente), além de diversos AFRs ativos e aposentados.

VISITAS DO SINAFRESP

O **Sinafresp**, por meio de seu presidente, vice-presidente e diretores, participou dos seguintes compromissos externos em maio de 2009: acompanhamento de projetos de interesse do Fisco Estadual Brasileiro no Congresso Nacional, em Brasília, DF; jantar dos aposentados de 2008 na Afresp; posse dos novos diretores regionais da Afresp; festa regional comemorativa dos 20 anos do **Sinafresp** na DRT-10, em Presidente Prudente; reuniões do Conselho Deliberativo da Fenafisco, em Brasília, DF; Marcha em Defesa da Cidadania e do Poder Judiciário (Marcha contra a PEC dos Precatórios), em Brasília, DF; reunião do Conselho de Representantes do **Sinafresp**; reunião no Sindifisco-PE e participação em sua AGE; *Seminário Nacional Cem Anos de Movimento Sindical Brasileiro*, da UGT; reuniões no Supremo Tribunal Federal; reunião do Codecon, reunião na Afresp, entre outros compromissos.



Publicadas retificações da meta da receita tributária e seu desdobramento em 2009

Na edição de 26 de maio do *Diário Oficial do Estado*, foram publicadas duas resoluções que retificam a fixação e o desdobramento da meta da receita tributária para 2009.

A resolução conjunta das Secretarias da Casa Civil, Economia e Planejamento e de

Gestão Pública retifica a meta de 2009 para R\$ 96.720.251.909,00 (noventa e seis bilhões, setecentos e vinte milhões, duzentos e cinquenta e um mil novecentos e nove reais). A medida é válida para fins de pagamento da PR (Participação nos Resultados). Já a resolução da Secretaria da Fazenda revisa o desdobramento da meta das par-

celas da receita tributária para este ano. É importante ressaltar que o ICAT (Índice de Cumprimento de Metas) do primeiro trimestre de 2009, fixado em 44,48% e publicado na edição de 1º de maio do *Diário Oficial do Estado*, permanece inalterado.

Leia abaixo as resoluções na íntegra.

Resolução Conjunta CC/SEP/SGP - 3, de 22 de maio de 2009

Dispõe sobre a fixação da meta de receita tributária para o exercício de 2009, para fins de pagamento da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1059, de 18 de setembro de 2008.

Os secretários da Casa Civil, de Economia e Planejamento e de Gestão Pública, considerando o disposto no § 2º do artigo 27 e nos artigos 29 e 30 da Lei Complementar nº 1059, de 18 de setembro de 2008, e nos §§ 3º e 4º do artigo 16 e no artigo 20 da Resolução Conjunta CC/SEP/SGP 1/8, resolvem:

Artigo 1º - Para o exercício de 2009, a meta da receita tributária para o indicador global da Coordenadoria da Administração Tributária - CAT da Secretaria da Fazenda, para fins de pagamento da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1059, de 18 de setembro de 2008, fica fixada em R\$ 96.720.251.909,00 (noventa e seis bilhões, setecentos e vinte milhões, duzentos e cinquenta e um mil novecentos e nove reais).

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 1º de janeiro de 2009.

Resolução SF - 36, de 25 de maio de 2009

Dispõe sobre o desdobramento da meta das parcelas da receita tributária para 2009.

O secretário da Fazenda, à vista do disposto no artigo 20 da Resolução Conjunta CC/SEP/SGP nº 01, de 2008, faz saber:

Art. 1º - Para o exercício de 2009, considerando o comportamento sazonal da receita tributária nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, o desdobramento da meta das parcelas da receita tributária a que se refere o artigo 2º da Resolução Conjunta CC/SEP/SGP nº 01, de 2008, corresponde a:

Trimestre	ICMS	IPVA	ITCMD	Taxas	Parcelamentos
1º	22,54%	69,73%	17,61%	22,62%	24,34%
2º	46,80%	80,52%	40,55%	46,20%	51,50%
3º	73,13%	90,97%	68,12%	73,26%	73,27%
4º	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

§ 1º - Para fins do desdobramento trimestral do valor do esforço fiscal, a ser calculado nos termos do Capítulo III da Resolução Conjunta CC/SEP/SGP-1, de 17-11-2008, utilizar-se-á a média ponderada pela participação de cada parcela no total da receita tributária da distribuição trimestral de cada parcela da receita tributária.

§ 2º - As metas trimestrais as quais se refere esta resolução poderão ser revisadas a qualquer momento, na conformidade do disposto no artigo 18 da Resolução Conjunta CC/SEP/SGP-1, de 17-11-2008.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SF - 32, de 29 de abril de 2009.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo I, págs. 3 e 11, 26 de maio de 2009.

FAZENDA PUBLICA VALOR DEFINITIVO DAS QUOTAS DA GEIA DE FEVEREIRO A SETEMBRO DE 2008

Na edição do dia 20 de maio do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, foi publicada a Portaria CAT - 93 com o valor definitivo das quotas da GEIA no período entre fevereiro e setembro de 2008.

A publicação apenas oficializou a fixação dos valores das quotas da GEIA, que já haviam sido publicados anteriormente em caráter provisório. Os AFRs interessados podem usar a tabela para calcular sua VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - resíduo).

Serviço Público em Destaque

CRIAÇÃO DE NOVO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO À CIDADANIA MUDA RELAÇÃO DE TRABALHO ENTRE AFRS E POLÍCIA CIVIL

Foi publicado na edição de 21 de maio do *Diário Oficial do Estado*, o Decreto nº 54.359 criando o DPPC (Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania).

O novo departamento terá uma divisão de crimes contra o meio ambiente e outra para apurar os delitos contra a saúde pública. Ao todo, o DPPC terá cinco importantes divisões. Somadas às duas anteriores estão as de Investigação sobre infrações contra o consumidor, Investigação sobre crimes contra a Fazenda e Investigação sobre crimes

contra a Administração. Essas três têm relação, direta e/ou indireta, com a atuação dos Agentes Fiscais de Rendias.

O objetivo é corrigir a distorção que foi observada nos distritos policiais da capital em que a apuração de delitos fazendários e contra a saúde pública era feita em detrimento de crimes como roubos e tráfico de drogas.

O secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto, estuda o nome de três delegados para

a direção do DPPC, que começará a funcionar quando for finalizada a obra no prédio, localizado no centro da capital, onde será o departamento.

Até o fechamento desta edição do *Jornal Sinafresp* o nome do delegado ainda não havia sido divulgado.

Para ler o Decreto nº 54.359 na íntegra, acesse o site do **Sinafresp**, na seção de notícias do Serviço Público em Destaque.





Conselho Deliberativo da Fenafisco discute reforma no Estatuto da entidade



Nos dias 27 e 28 de maio, membros do Conselho Deliberativo da Fenafisco, entre eles o presidente e o vice do **Sinafresp**, Lauro Kuester Marin e Claudio Fambrini, reuniram-se em Brasília para discutir a reforma estatutária da entidade, além de outros assuntos.

Durante o encontro, foram analisadas as sugestões trazidas pelos representantes dos sindicatos filiados à Federação para serem inseridas no novo texto do Estatuto. Lauro Marin apresentou a proposta de au-

mentar o peso do voto dos representantes do Estado de São Paulo nas reuniões do Conselho Deliberativo e nos congressos da Fenafisco. A justificativa do presidente do **Sindicato** foi que o peso do voto deve ser proporcional ao número de filiados de cada entidade e ao valor de sua contribuição financeira à Federação. A proposta será analisada e debatida em outra ocasião.

A votação da reforma do Estatuto está marcada para julho, durante o IV Conafisco Extraordinário, em Belo Horizonte (ler matéria na página 14).

Sinafresp e Fenafisco continuam trabalhos no Congresso Nacional



Durante o mês de maio, os diretores do **Sinafresp** Claudio Fambrini e Abdala Hedjazi viajaram constantemente a Brasília para dar continuidade aos trabalhos no Congresso Nacional.

Junto do presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, e de representantes de outros sindicatos filiados à Federação, os AFRs participaram de reuniões com o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, com a senadora Ideli Salvatti (PT), além de outros parlamentares.

Os temas desses encontros foram os projetos de interesse do Fisco como as PECs 89/2007 (Teto Único Nacional), 210/2007 (restabelece adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras do Ministério Público e da magistratura e exclui este valor do teto salarial) e 555/2006 (acaba com a taxaço dos inativos).

PEC DO TETO ÚNICO

A PEC 89/2007 teve sua Comissão Especial criada no final do mês de abril e alguns nomes já foram indicados para a composição. Segundo notícias publicadas no site da Federação, a expectativa é que a Comissão fique completa o mais rápido possível para que o projeto caminhe com mais celeridade.





Regional de Presidente Prudente comemora 20 anos do Sinafresp

Na noite de 23 de maio, foi realizada mais uma festa no interior do Estado em comemoração aos 20 anos de fundação do **Sinafresp**. Dessa vez, foram os Agentes Fiscais de Rendas lotados na Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente, e seus familiares, que participaram do jantar dançante.

Organizado pelos conselheiros do **Sindicato** na DRT-10, Gilmar Domingos Macarini e Adolpho Freitas Ávalos, o evento, realizado no Buffet Corazza, em Presidente Prudente, reuniu cerca de 140 convidados. Entre eles, estavam o presidente e o vice do **Sinafresp**, Lauro Kuester Marin e Claudio Fambrini, e o delegado da regional, Nivaldo Manea Bianchi.

Antes de dar início à noite de comemoração e após ouvir as palavras das demais autoridades presentes, o presidente do **Sinafresp** agradeceu a presença de todos e comentou a situação econômica mundial. "O mundo todo está mudando e a crise afeta todos os países. Isso nos faz refletir, pois, segundo as previsões de especialistas, se essa situação continuar da maneira que está, o sistema norte-americano de saúde ficará sem recursos em 2017, e o de previdência, em 2035", alertou.

Segundo Lauro Marin, os AFRs estão em posição confortável, pois têm o melhor sistema de autogestão em saúde do Brasil, a Amafresp, e, em relação à previdência, conseguiram manter a paridade entre ativos e aposentados no projeto de reestruturação da carreira dos AFRs. "Nós conseguimos uma negociação razoável na criação da SPPREV, sem o aumento de alíquotas de contribuição. Podemos concluir, conforme diz uma passagem bíblica, que a casa construída sobre uma rocha resiste mais às intempéries do tempo e do ambiente. Assim, nossa Classe está estruturada sobre valores sólidos que mantêm a qualidade de vida de seus associados por meio da prestação de serviços das entidades", finalizou.

Campinas

Já estão confirmados o local e a data da próxima festa. Os conselheiros do **Sinafresp** em Campinas, Elizabeth H. Marques e Herivelto Azael Archangelo, estão organizando, para o dia 18 de junho, a festa da regional para comemorar os 20 anos de fundação da entidade. Participe!



Coletânea de normas gerais e específicas dos AFRs está em fase final de produção

A 5ª edição do livro *AFR Legislação de Pessoal – Normas Gerais e Específicas* já está em fase de finalização e será o segundo lançamento literário do **Sinafresp** em 2009.

Além do conjunto de leis e normas que regulam o desempenho funcional da carreira de Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo, a obra inclui trechos das Constituições Federal e Estadual e respectivas Emendas, Estatuto dos Funcionários Públicos, Leis Complementares Estaduais e Federais, Leis Ordinárias, Decretos Federais e Estaduais, Resoluções, Portarias, Despachos, comunicados e instruções.



A atualização reúne também as diversas normas e leis editadas desde sua última edição, em dezembro de 2007, como a Lei nº 1059 que reestruturou a carreira dos AFRs.

Todos os AFRs sindicalizados receberão um exemplar em suas residências. Portanto, é imprescindível verificar se seu cadastro está correto e atualizado. Acesse www.sinafresp.org.br e confira seus dados.

Substituição Tributária no ICMS

No final do mês de maio, os AFRs ativos filiados ao **Sinafresp** começaram a receber a 2ª edição - atualizada, revisada e ampliada - do livro *Substituição Tributária no ICMS*, de autoria do colega AFR José Roberto Rosa. A obra foi produzida por meio da parceria entre o autor e o **Sindicato**.



Etiqueta no trabalho: qual a forma adequada do AFR se vestir no ambiente profissional

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de São Paulo, publicado na Lei Estadual nº 10.261, de 26 de outubro de 1968, estabelece em seu artigo 241 que é dever do funcionário “apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso”.

No caso dos Agentes Fiscais de Rendas, essa mesma determinação é reforçada pela Resolução SF 51, de 20 de setembro de 2007. É o Código de Ética da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que prevê como dever do servidor “apresentar-se para o trabalho com aparência e vestimentas adequadas”.

Considerando as diferenças demográficas, de faixa etária e de funções dentro da Classe, o *Jornal Sinafresp* entrou em contato com alguns AFRs e fez a seguinte pergunta: “Para você, o que é vestir-se de forma adequada?”

REPRESENTANDO O ESTADO

Para o delegado regional de Santos, Luiz Antonio Moroni Amorin, AFR há 23 anos, vestir-se de forma adequada é usar trajes compatíveis com a função. “Apesar do clima quente de Santos, estou constantemente em contato com autoridades, por isso, sempre uso terno e gravata. Os demais colegas usam roupas sociais, mas não necessariamente com gravata, pode ser algo mais leve como camisa e calça sociais”, comenta.

O AFR externo e coordenador de equipe da DRTC I, Jackson José da Silva, fiscal há 20 anos, lembra que o colega externo está sempre em contato com o contribuinte, seja em indústrias, varejistas ou distribuidoras. “Sempre aconselho o uso de terno e gravata durante as visitas, porque estamos representando o Estado. Mas, quando o AFR externo vai desenvolver o trabalho em casa ou no escritório, pode usar trajes informais”, e completa: “Quando a pessoa está malvestida, transmite uma imagem suspeita, pode até haver dúvida se é um fiscal mesmo ou não”.

Foi o que aconteceu com um colega na DTR 9. O delegado regional de Araçatuba, Gervásio Antonio Consolaro, AFR há 26 anos, conta que certa vez um contribuinte ligou para a unidade perguntando quem era o fiscal de rendas que estava realizando a visita, pois não conseguia identificar “quem era o motorista e quem era o AFR”. “Esse fato demonstra a importância de estarmos bem-vestidos. Como em Araçatuba o clima é quente, a maioria veste-se de camisa e calça sociais e sapatênis. Existe também uma minoria, que são os AFRs externos, que estão sempre vestidos de forma esportiva”, aponta.

JEANS

Entre os trajes informais, o uso da calça jeans gera polêmica entre os fiscais de rendas. Enquanto os mais antigos acreditam que a vestimenta não é apropriada para a função em nenhuma de suas atividades, os mais novos defendem a ideia de que nas visitas a galpões, por exemplo, essa é a melhor opção de vestuário. É o caso do AFR externo, José Márcio Brant Junior, colega há 3 anos. “Nunca uso terno e gravata, estou sempre de calça e camisa sociais. Mas quando realizo visitas a estoques, opto pela calça jeans”, afirma.

A colega de Sorocaba Maria do Carmo Cadina Gardenal, AFR interna desde 1991, também aceita o uso do jeans no ambiente de trabalho. “Não existe uma determinação rigorosa sobre como se vestir. Para os rapazes, até é permitido o uso de calça jeans, camisa polo e tênis. Já para as mulheres, o importante é não expor o corpo e usar sempre cores sóbrias”, opina.

DISCRIÇÃO

A discrição entre as vestimentas das mulheres é outro consenso entre os entrevistados. Todos os colegas afirmaram que se deve evitar o uso de decotes, saias, e afins. “Sempre escolho os terninhos com cores clássicas e nada que seja muito chamativo. O colega tem que se vestir de forma respeitosa ao cargo, mas também ao contribuinte. A primeira impressão é a que fica”, acredita Marina Hamaguchi, da DRTC III, AFR há 22 anos.

Transmitir uma boa impressão também é importante para o assistente fiscal da capital, Marcelo Henrique Yasuda Ketelhuth, AFR há 3 anos. “O que vale é o bom-senso dos colegas. A imagem que o contribuinte terá do fiscal será formada não só pela sua postura ou pelo que ele fala, mas também pela forma que se veste”, ressalta.

Nas conversas com os colegas entrevistados, foi possível perceber que é unânime a ideia de que a vestimenta do fiscal de rendas transmite a imagem não só da categoria ou da Secretaria da Fazenda Paulista, como também do próprio Estado. Por isso, mesmo que não haja determinação específica, ou ainda, considerando fatores externos, como clima e costumes locais, é importante que o AFR tenha consciência do papel que representa para a sociedade e vista-se de forma a transmitir responsabilidade e confiança aos contribuintes.

Sinafresp promove seminário sobre Substituição Tributária no ICMS



No dia 16 de junho, os Agentes Fiscais de Rendas filiados ao **Sinafresp** poderão participar de mais um seminário promovido pela entidade. Dessa vez, o tema é a *Substituição Tributária no ICMS*.

Será um dia inteiro de palestras divididas nos períodos matutino e vespertino. Após o credenciamento e a solenidade de abertura, o primeiro palestrante será o colega José Roberto Rosa, professor da Fazesp e juiz do TIT, que abordará os fundamentos básicos da Substituição Tributária no ICMS e os novos setores incorporados ao regime.

Em seguida, será a vez de Luciano Garcia Miguel, diretor da Consultoria Tributária da Sefaz/SP, falar sobre Legislação Consolidada da ST, jurisprudência administrativa, decisões judiciais relevantes e jurisprudência de tribunais.

No período da tarde, os participantes poderão assistir a mais duas palestras. A primeira será sobre a fiscalização na Substituição Tributária, com exposições de Eduardo Fridman, supervisor de fiscalização setorial da DEAT (alimentos, farmacêuticos e bebidas), Sérgio Mumare, supervisor da DEAT, e Márcio Miranda Maia, assistente fiscal da CAT, responsável pela implantação das novas Substituições Tributárias.

Encerrando o ciclo de palestras, Vanessa Pereira Rodrigues Domene, diretora-adjunta titular do Departamento Jurídico da FIESP (indústria), Romeu Bueno de Camargo, assessor jurídico da Fecomércio (comércio), e Julio Linuesa Perez, conselheiro do CRC/SP (setor contábil), debatem a Substituição Tributária na visão dos contribuintes (indústria e comércio) e do setor contábil.

Confira abaixo o quadro com a programação completa.

Confira abaixo o quadro com a programação completa.

AFRs estão liberados para participar do seminário

Os AFRs ativos que participarem do seminário *Substituição Tributária no ICMS* estão dispensados do ponto, sem prejuízo nos vencimentos e demais vantagens do cargo. A autorização, assinada pelo coordenador da CAT, Otavio Fineis Junior, foi publicada na edição de 12 de maio do *Diário Oficial do Estado*.

É importante ressaltar que, para serem beneficiados pela medida, os participantes devem apresentar o certificado que será entregue no fim do evento. Mais informações, leia o despacho na íntegra, acesse www.sinafresp.org.br.

PROGRAMAÇÃO

8h30 às 9h	• Credenciamento.	
9h às 9h30	• Solenidade de abertura.	
9h30 às 10h50	• Fundamentos Básicos da Substituição Tributária no ICMS e os Novos Setores Incorporados ao Regime.	JOSÉ ROBERTO ROSA – professor da Fazesp e juiz do TIT.
10h50 às 11h05	• Café.	
11h05 às 12h	• Substituição Tributária: Legislação Consolidada, Jurisprudência Administrativa, Decisões Judiciais Relevantes e Jurisprudência de Tribunais.	LUCIANO GARCIA MIGUEL – diretor da Consultoria Tributária da Sefaz-SP.
14h às 16h	• A Fiscalização da Substituição Tributária no ICMS: o uso da auditoria informatizada, o ICMS sobre estoques de ingresso na ST, a ST nas operações interestaduais, a determinação dos IVAs das operações subsequentes, a complementação do imposto retido e o ressarcimento, entre outros.	EDUARDO FRIDMAN – supervisor de fiscalização setorial da DEAT (Alimentos, Farmacêuticos e Bebidas); SÉRGIO MUMARE – supervisor da DEAT (Substituição Tributária); MÁRCIO MIRANDA MAIA – assistente fiscal da CAT, responsável pela implantação das novas Substituições Tributárias.
16h às 16h15	• Café.	
16h15 às 17h45	• A Substituição Tributária na Visão dos Contribuintes (indústria e comércio) e do Setor Contábil.	Indústria: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE – diretora-adjunta titular do Departamento Jurídico da FIESP; Comércio: ROMEU BUENO DE CAMARGO – assessor jurídico da Fecomércio; Setor Contábil: JULIO LINUESA PEREZ – conselheiro do CRC/SP.
17h45 às 18h	• Encerramento.	

Conselho do **Sinafresp** debate assuntos de interesse da categoria

O Conselho de Representantes do **Sinafresp** esteve reunido novamente no dia 30 de maio para debater diversos assuntos de interesse da categoria.

Entre as principais deliberações está a elaboração de um ofício que será encaminhado ao secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa. No documento, a entidade solicitará participação na comissão que define e apura a meta da receita tributária. Também será solicitada a representação do **Sinafresp** na comissão responsável pela elaboração da regulamentação da nova promoção por merecimento.

Outro destaque do encontro foi a discussão sobre o concurso de remoção interna de AFRs. A diretoria do **Sindicato** procurará informações, como critérios e prazos, sobre o concurso interno que visa ao preenchimento das vagas remanescentes na carreira, decorrentes de aposentadorias, falecimentos e outros.

Seguindo a pauta da reunião, também foi debatida a reforma no Estatuto do **Sindicato**. O Conselho decidiu ampliar o debate sobre as alterações e, para isso, o conteúdo da proposta foi disponibilizado para toda a Classe.

O documento já está disponível na área restrita do site do **Sinafresp** e os AFRs deverão encaminhar suas sugestões aos representantes das respectivas regionais.

OUTROS ASSUNTOS

Durante a reunião, os diretores da entidade transmitiram informações sobre outros assuntos de interesse da categoria, como a tramitação dos projetos no Congresso Nacional, em Brasília; o andamento das ações judiciais do **Sindicato**; o seminário sobre *Substituição Tributária no ICMS*, que ocorrerá no dia 16 de junho; a palestra sobre *Nutrição e o Envelhecimento Bem-Sucedido*, oferecida aos aposentados e marcada para o dia 24 deste mês; e a eleição dos delegados que representarão o **Sinafresp** no IV Conafisco Extraordinário, que será realizado entre os dias 13 e 17 de julho, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Além dos conselheiros representantes de todas as regiões do Estado, participaram da reunião o presidente do **Sinafresp**, Lauro Kuester Marin, os diretores Claudio Fambrini, Norma Couto da Rocha Paes e Abdala Hedjazi, o chefe do departamento Jurídico da entidade, Thiago Alves, e o advogado Thiago Durante.



Presidente Lauro Marin fala sobre extrateto aos fiscais de rendas de Pernambuco



O presidente do **Sinafresp**, Lauro Kuester Marin, foi convidado pelo Sindifisco-PE (Sindicato dos Auditores Fiscais de Pernambuco) para falar sobre a questão do extrateto aos servidores do Fisco daquele Estado. A palestra foi proferida antes de uma Assembleia Geral Extraordinária, no dia 11 de maio, e reuniu cerca de 250 filiados ao Sindicato pernambucano.

Durante sua explanação, Lauro Marin explicou o modelo de remuneração dos AFRs do Estado de São Paulo, destacando a gratificação da PR (Participação nos Resultados) adotada após a Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, que reestruturou a carreira.

anual e previsível. Apesar da sua complexidade, é possível ter uma ideia dos valores”, comentou o presidente.

Em Pernambuco

A categoria luta para que seja cumprido o acordo feito em 21 de agosto de 2008, que garante melhorias nas condições de trabalho e discussão do teto remuneratório estadual, quebrado pela Administração Tributária.

Desde então, o Sindifisco-PE vem tentando manter a negociação com o secretário da Fazenda, Djalmo de Oliveira Leão, que, segundo o próprio Sindicato, nega-se a dialogar e impõe medidas que desestabilizam o movimento. Como resposta à postura adotada pelo governo, a categoria tem realizado dias de protestos.

Outro ponto importante, comentado pelo presidente do **Sindicato**, foi a linearidade da PR, que permite aos auditores fiscais de Pernambuco estabelecer um comparativo com a GRG (Gratificação por Resultados do Grupo Ocupacional da Administração Tributária do Estado de Pernambuco). “A meta em São Paulo é

Sinafresp participa de discussão sobre movimento sindical em seminário promovido pela UGT

Ao lado de mais de 430 entidades sindicais do Brasil, o **Sinafresp** participou, nos dias 15 e 16 de maio, do *Seminário Nacional Cem Anos de Movimento Sindical Brasileiro: Balanço Histórico e Desafios Futuros*, promovido pela UGT (União Geral dos Trabalhadores). O evento teve como parceira a FAAP, que cedeu suas instalações para receber os participantes, e apoio do BNDES e PASI (Plano de Amparo Social Imediato).

Segundo a organização do seminário, mais de 700 intelectuais de todos os Estados brasileiros participaram dos debates. Foram dois dias de palestras, com o público dividido em quatro auditórios.

Alguns dos principais temas abordados no encontro foram *Reestruturação Capitalista e seus Reflexos no Movimento Sindical*, *O Movimento Sindical e Desenvolvimento Social e Ambiental Sustentável*, *A Atual Estrutura Sindical Serve ao Trabalhador?* e *O Movimento Sindical, os Movimentos Sociais e as Migrações*.

Representando os Agentes Fiscais de Rendas de São Paulo, o presidente do **Sinafresp**, Lauro Kuester Marin, que também ocupa o cargo de diretor-adjunto de finanças da UGT, coordenou o debate sobre *O Movimento Sindical Diante da*

Crise Econômico-Financeira Mundial, na manhã do segundo dia de atividades.

Além da diretoria da UGT, participaram do evento autoridades como o ex-vice-governador de São Paulo, Cláudio Lembo; o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo, Davi Furtado Meireles; o ex-senador Roberto Freire; os deputados federais Luíza Erundina e José Roberto Santiago Gomes (vice-presidente da UGT); o deputado estadual Davi Zaia (também vice-presidente da UGT) e os vereadores Cláudio Prado e Cláudio Fonseca.



Tribunal de Justiça aprecia ADIN contra a participação nos resultados

Por Thiago Alves

No início do mês de maio, o **Sinafresp** tomou conhecimento de que o Sindfesp (Sindicato dos Funcionários da Fazenda do Estado de São Paulo) ajuizou a ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) frente ao § 2º, do artigo 26, da LC nº 1.059/08.

De acordo com a alegação do requerente, o dispositivo questionado (§ 2º, do art. 26 da LC 1.059/08) que possibilita o recebimento extrateto da PR, afronta os arts. 37, XI da Constituição Federal e 115, XII da Constituição Estadual, e também fere princípios insculpidos na Carta Magna, quais sejam, moralidade, impessoalidade, interesse público e, especialmente, a isonomia, já que mantém os demais servidores sob o teto.

Ao sustentar a tese da isonomia, o Sindfesp, "estranhamente", não informa aos desembargadores, que a LC nº 1.079/08, instituidora da BR (Bonificação por Resultados) para todos os servidores fazendários, também prevê seu pagamento extrateto.

O nobre desembargador-relator A.C. Mathias Coltro, já em 19/12/08, indeferiu a liminar pleiteada, decidindo pela manutenção da eficácia do dispositivo questionado, uma vez que, para ele, a PR, conforme expressa previsão da lei, tem natureza eventual e não integra nem se incorpora à remuneração dos AFRs para quaisquer efeitos.

Indeferida a liminar, a Procuradoria do Estado foi citada a se manifestar para, evidentemente, defender a redação do dispositivo atacado na ADIN. Segundo a procuradora responsável pela defesa, o Estado, além de defender o mérito da redação do dispositivo e a legalidade do recebimento extrateto da PR, atacaria também a falta de legitimidade do Sindfesp para agir, especialmente em razão da ausência de interesse, haja vista que as categorias por ele representadas sequer recebem a citada vantagem.

Entregue a defesa, é de se aguardar o julgamento da ADIN que se dará pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto pelos 25 desembargadores mais antigos da Corte. A decisão pela inconstitucionalidade depende de maioria absoluta (13 desembargadores).



O departamento jurídico do **Sinafresp** está acompanhando atentamente a movimentação desse processo e levará à categoria as informações necessárias.

Pagamentos das diárias

Por Thiago Durante

A concessão de diárias para os servidores públicos do Estado de São Paulo é disciplinada pela Lei Estadual nº 10.261/68 (Estatuto) e pelo Decreto nº 48.292 de 2/12/2003.

O artigo 144 do Estatuto e o artigo 1º do mencionado Decreto especificam a finalidade dessa vantagem pecuniária: **indenizar o servidor frente às suas despesas com alimentação e pousada**, quando este, no desempenho de suas funções, deslocar-se temporariamente de sua respectiva sede, ou ainda, quando estiver em missões ou estudos relacionados ao seu cargo.

Em um primeiro momento, é necessária a distinção entre o que chamamos de "diária" e o denominado "reembolso" (que, como veremos, trata-se de um percentual da diária destinado a indenizar o servidor com despesas de alimentação).

Diária é o benefício (vantagem) concedido ao servidor para indenizá-lo com despesas de pousada e alimentação, nas hipóteses já examinadas. O Decreto nº 48.292/03 (que regulamenta a concessão de diárias no Estado de São Paulo), em seu artigo 2º, estabelece os parâmetros para o cálculo desse benefício.

Para os servidores ocupantes de cargo que exijam nível superior (como é o caso do cargo de AFR), o valor da diária é de 9 (nove) UFESPs - **R\$ 142,65**. A esse valor é acrescido, segundo o art. 3º do citado Decreto Estadual, um percentual que varia

de acordo com a localidade para a qual o servidor é deslocado temporariamente.

No caso de o deslocamento ser feito, por exemplo, para as capitais dos Estados de SP, RJ, PE, MG, RS, PA, CE e BA, é acrescido 80% do valor estipulado no art. 2º. Nesse caso, o valor da diária seria **R\$ 256,77**.

Com a edição do Decreto nº 48.292/03 (que revogou o Decreto nº 28.962/88, em que as diárias eram calculadas pelo período de 24 horas, contado do momento da partida ao do regresso do servidor à sede), as diárias passaram a ser concedidas por dia de deslocamento do servidor do seu respectivo município-sede. Quando o servidor pernoita fora da sede, a ele é concedida uma diária integral.

Quando o deslocamento não exigir pernoite, é concedido apenas um **reembolso** para fins de alimentação (art. 5º, § 2º, itens 2 e 3), que varia de acordo com o período de deslocamento e com o horário do regresso à sede do servidor. Esse reembolso corresponde a um percentual sobre o valor da diária integral.

Assim, é importante fazer a distinção entre a **diária integral**, apta a ressarcir o servidor de sua despesa tanto com pousada como com alimentação, e o **reembolso**, que é destinado a ressarcir-lo apenas de suas despesas com refeições.

Reforma Tributária poderá ser votada em junho

Segundo publicação de 15 de maio do colunista Leandro Mazzini, no jornal *Gazeta Mercantil*, a reforma tributária será votada no mês de junho.

Em sua nota, o colunista afirma que, no dia 14 de maio, o presidente da Câmara dos Deputados, Michael Temer (PMDB-SP), fechou um acordo com os líderes partidários para agilizar a votação da Reforma, o que teria deixado o relator Sandro Mabel (PR-GO) satisfeito.

Prioridade

No início de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um apelo aos presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, para que eles priorizem a discussão e a votação das reformas tributária e política.

Acesse o site do **Sinafresp** na seção de notícias e acompanhe a tramitação da Reforma Tributária.



Folha de S. Paulo publica reportagens sobre Substituição Tributária no ICMS

Um dos principais jornais do país, a *Folha de S. Paulo*, publicou, no final do mês de maio, matérias referentes à Substituição Tributária implantada no Estado. De acordo com as publicações, esse novo regime provocou queda de 50%, em média, na receita do setor atacadista inserido no programa do governo paulista.

Segundo a reportagem, os atacadistas afirmam que o pagamento antecipado do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) deixa o produto mais caro ao varejista e, por isso, ele opta por comprar em outro Estado.

Entretanto, ainda conforme a reportagem, a Secretaria da Fazenda alerta que os varejistas paulistas que compram mercadorias de atacadistas de outros Estados e não recolhem a diferença do ICMS, podem ser processados. A Fazenda ressalta também que, o fato de não realizar

ações de fiscalização nas fronteiras do Estado, não significa que não está "atenta" ao recolhimento do imposto.

Também na *Folha de S. Paulo*, foi publicado um editorial afirmando que, sem regras nacionais simplificadas, o ICMS continuará oferecendo muitas brechas para fraude e sonegação.

Para ler as matérias na íntegra, acesse www.sinafresp.org.br.



Índices

UFESP 2009: 15,85

Selic maio/2009: 1,00%

Arrecadação ICMS em São Paulo maio/2009: R\$ 4,536 bilhões (parte estadual).

Previsão Inflação 2009: **4,33%** (expectativa do mercado para IPCA, segundo pesquisa Focus do Banco Central, realizada em 29/5/2009).

Previsão PIB 2009: **- 0,73%** (expectativa do mercado, segundo pesquisa Focus do Banco Central, realizada em 29/5/2009).

São Paulo é a terceira entre as grandes capitais que mais solicitam nota fiscal

Uma nota publicada na edição de 21 de maio do jornal *Folha de S. Paulo* apresenta um estudo da Gfk Indicator, uma das quatro maiores empresas do mercado de pesquisa do Brasil e quinta no mundo, que classifica as capitais brasileiras onde os contribuintes mais pedem a nota fiscal.



A população da cidade de Belém atingiu 66% dos que pedem a nota a cada compra. Em seguida está Fortaleza, com 56%, São Paulo aparece nas pesquisas com 51% e, em quarto lugar, Belo Horizonte, com 50%.

Participaram da pesquisa consumidores residentes em grandes regiões metropolitanas como Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Para ler a nota na íntegra, acesse o site do **Sinafresp** na seção de notícias.

Queda da arrecadação em SP não tira o sono



A colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* está sempre atenta à arrecadação do Estado. Dessa vez, Sonia Racy publicou uma nota, na edição de 8 de maio, comentando a queda real da arrecadação no primeiro quadrimestre do ano, entre janeiro e abril de 2009.

Leia a nota na íntegra:

São Paulo não terá que fazer novos contingenciamentos por causa da primeira queda real (0,4%) da sua arrecadação em quase 10 anos, registrada neste primeiro quadrimestre. Segundo o secretário da Fazenda paulista, Mauro Ricardo, são R\$ 1,3 bilhão a menos na soma dos quatro meses, mas o Estado já havia contingenciado R\$ 1,6 bilhão em janeiro. "Portanto ainda há uma folga", contabiliza.

É fato que o Estado que mais arrecada no Brasil não tem do que reclamar, se a comparação for feita com a arrecadação do Tesouro Nacional. Só nos primeiros três meses do ano - quando São Paulo ainda operava no azul - o governo Lula perdeu 6% da sua arrecadação em termos reais, algo como R\$ 10 bilhões. Imaginem quando somarem o mês de abril.

Colega aposentado, no dia **24 de junho**, o **Sinafresp** promove mais uma palestra para seus filiados. Dessa vez, o tema é **Nutrição e o Envelhecimento Bem-Sucedido**, com a dra. Evie Mandelbaum.

Dia: **24/6/2009**
Horário: **15 horas**
Local: **Braston Hotel**
End.: **Rua Martins Fontes, nº 330 – Centro – São Paulo**

Entre em contato com a secretaria da entidade e confirme sua participação.
As vagas são limitadas.



AFR em Movimento

O *Jornal Sinafresp* reserva este espaço para prestação de serviços aos AFRs. Aqui, os Agentes Fiscais de Rendas podem acompanhar o destino daqueles colegas que são transferidos para outra delegacia ou para um posto fiscal. Todo mês, a seção traz o nome e o novo local de trabalho dos Fiscais de Rendas.

Maio

Fernando de Almeida

De: PF 12 – Piracicaba
Para: PF 10 – Campinas

Jose Antonio Nappi

De: PF 12 – Piracicaba
Para: PF 10 – Campinas

Dalsen José Dib

De: PF 11 – Araraquara
Para: Unidade Fiscal de Cobrança da DRT 15 – Araraquara

Mauricio Aparecido Colín

De: Unidade Fiscal de Cobrança da DRT 15 – Araraquara
Para: PF 11 – Araraquara

André Pachione Pillay

De: PF 10 – Bauru
Para: DRT 8 – S. J. do Rio Preto

André Fabiano Vaz

De: PF 10 – Ribeirão Preto
Para: PF 10 – Jundiá

Alcir Mitsuru Hashiyama

De: PF 10 – Santana
Para: DRTC II

João Ramalho

De: PF 10 – Santana
Para: DRTC II

Mirna Midori Shiozawa de Miguel

De: PF 10 – Santana
Para: DRTC II

Teruo Massita

De: PF 10 – Santana
Para: DRTC II

José Nuno de Oliveira Marques de Almeida

De: PF 10 – Bauru
Para: DRT 3 – Taubaté

AFRs aposentados em 2008 são homenageados pelo Sinafresp e Afresp

Diversos Agentes Fiscais de Rendas que se aposentaram em 2008 participaram da homenagem oferecida, em conjunto, pelo **Sinafresp** e pela Afresp na noite de 21 de maio.

O evento teve início com a solenidade de entrega de placas aos novos aposentados, no auditório da Afresp. Antes da homenagem, as autoridades presentes parabenizaram os colegas pelo esforço dedicado ao Estado e à sociedade paulista.

Durante sua fala, o presidente do **Sinafresp**, Lauro Kuester Marin, comentou sobre o alerta dos especialistas para a previdência dos Estados Unidos nos próximos 30 anos, tema publicado recentemente nos principais jornais do país. "Nessas horas percebemos como é importante ter uma classe unida, com entidades que trabalham para garantir a segurança, a saúde e uma boa aposentadoria para seus filiados", refletiu.

Ao final do discurso, o presidente repetiu uma frase que escutou de um colega recém-aposentado que visitou

a entidade e falou sobre a importância de que todos sigam esse exemplo: "Aposentado sim, mas inativo nunca".

O evento contou com a presença ilustre do colega AFR Nelson Machado, ex-ministro da Previdência e atual secretário executivo do Ministério da Fazenda, segundo cargo de maior importância na pasta.

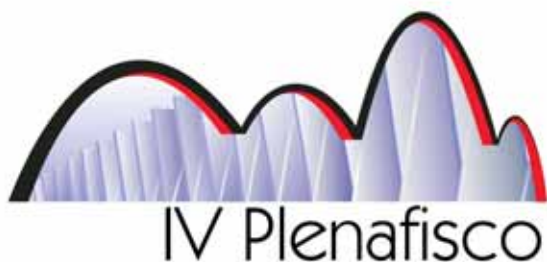
Além dos recém-aposentados e seus familiares, também estiveram presentes, os diretores do **Sinafresp**, Claudio Fambrini, Norma Couto da Rocha Paes e Abdala Hedjazi; o presidente da Afresp, Luiz Carlos Tolo Junior, e seus diretores; o presidente do Conselho Deliberativo da Associação, João Álfaro Soto; a presidente da Apafresp, Thereza Igenez Pereira; o presidente da Credifisco, Adherbal Silva Pompeo; o delegado regional tributário de Guarulhos, Valter Pedro; a diretora da Fazesp, Cristina Celia Pereira Angelini; e os colegas parlamentares Vitor Sapienza (deputado estadual), Gilson Barreto (vereador) e Hélio César Rosas (deputado constituinte).



Dever Cumprido

Esta seção tem como objetivo prestar homenagem aos colegas que se aposentaram após anos de dedicação e serviços prestados ao Estado e à sociedade. A todos os AFRs que venham a figurar neste espaço, o nosso sincero agradecimento e votos de paz e harmonia no merecido descanso.

Mês	Data	Nome	Nível	CAT – DEAT – DRT
Maio de 2009	1/5	Antonio Fernandes Stefanoni	VI	DRTC II – Capital
	1/5	José de Moraes	IV	DRTC III – Capital
	1/5	José Roberto Ferreira	IV	DRT 3 – Taubaté
	5/5	Rubens Sene Pasquareli	V	DRTC III – Capital
	6/5	Dorival Pinto Rezende	V	DRT 13 – Guarulhos
	8/5	Jose Waldemar Noguera	VI	DRTC III – Capital
	20/5	Luiz Alberto de Souza	V	DRT 12 – ABCD
	26/5	João Alves Campos	III	DRTC III – Capital
	28/5	Terezinha Rodrigues	III	DRT 2 – Litoral
	30/5	Evandro Costa Neto	V	DRT 14 – Osasco
	30/5	Luiz Roberto Barboza	V	DRT 8 – São José do Rio Preto



Capital mineira sedia a IV Plenafisco e o IV Conafisco Extraordinário

Entre os dias 13 e 17 de julho, Agentes Fiscais de Rendas de São Paulo e das demais unidades da Federação estarão em Belo Horizonte, Minas Gerais, para participar da IV Plenária Nacional do Fisco Estadual e Distrital e do IV Congresso Extraordinário do Fisco Estadual e Distrital, eventos promovidos pela Fenafisco em parceria com o Sindifisco-MG.

O tema central do encontro é *Autonomia da Administração Tributária: Uma Nova Concepção do Estado*. Fora dos horários de apresentação dos painéis e dos trabalhos técnicos, principalmente nos horários noturnos, os inscritos poderão participar de atividades de lazer e integração.

Podem participar da IV Plenafisco e do IV Conafisco Extraordinário todos os filiados ao Sinafresp. Na edição de 12 de maio do *Diário Oficial do Estado*, foi publicado um despacho do coordenador da Administração Tributária, Otavio Fineis Junior, autorizando a participação dos AFRs nas atividades, sem prejuízo nos vencimentos.

A delegação do Sinafresp, que participará dos debates do encontro, será composta pelos diretores, conselheiros representantes da entidade e sindicalizados inscritos.

[Veja momentos da III Plenafisco, realizada na cidade de Aracaju-SE, em 2006:](#)



Expediente

Diretoria – Presidente: Lauro Kuester Marin; Vice-Presidente: Claudio Fambrini Moraes; Secretária-Geral: Norma Couto da Rocha Paes; Secretário-Adjunto: Emílio Bruno; 1º Tesoureiro: Antonio Carlos Meireles Gama; 2º Tesoureiro: Abdala Hedjazji; Diretor de Assuntos Intersindicais: Gilson Bicego.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Yara Regina Franco e Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho (SEDE); Victor Nuncio Aprile, Durvail Soares Pompeo, Odálio Gonçalves da Mota, Marcelo de Albuquerque Felizola, Jorge Augusto Diniz e Eliana Maria Pessoa Ferreira de Oliveira (Capital); Antonio de Ponte Luís e Flávio Werneck Rebello (DRT-2); Oswaldo da Silva Quintino e Antonio Guerra (DRT-3); Henrique Fabiano dos Santos e Keyla Ferreira (DRT-4); Herivelto Azael Archangelo, Elizabeth Hunziker Marques e Helio Lopes da Silva (DRT-5); Ariundo Ferreira de Aragão, Célio Almeida Chaves e Miriam Arado (DRT-6); Renato Saccaro e Valdir Veroneis dos Santos (DRT-7); Herley Torres Rossi e José Vicente Xavier de Camargo (DRT-8); Marco Antonio Calderaro e Gilberto Antonio de Oliveira (DRT-9); Adolpho Freitas Ávalos e Gilmair Domingos Macarini (DRT-10); Marco Aurélio Meira Garcia e Gilson de Souza Takeya (DRT-11); Divino Cassiano Rosa e Carlos José de Souza (DRT-12); Raimundo Bispo Teles e José

Geraldo da Silva Braga (DRT-13); Luiz Manoel Colaço Ricardo e Aluísio Eloy Valadão (DRT-14); José Francisco Pinto e Fernando Savio da Costa (DRT-15); Marco Antonio Pezzatto e Helio Martins Fontes Filho (DRT-16).

SUPLENTE DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Auro Sumida, Carlos Eduardo Pastor D'Oliveira, Vilma Fagundes Sanches, João Ramalho, Massaki Nelson Fugimoto, Narciso Magalhães Jr., José Carlos Libano, Carlos Alberto Ayres Pereira, Luiz Jorge da Costa, Joel Benedicto Cardoso, Miguel Siqueira, Everaldo de Melo Brandão, Eduardo Martins, Oswaldo Fonseca Lemos, Florisberto Francisco da Silva, Antonio Cândido, Maria Cristina Macedo Savino, Dario Massao Mimura, Samuel Celso Crisóstomo, Wellington Asses Di Giacomo, James Grejo, Sávio Mero Sotero de Menezes, Hugo Paulo Teixeira, Marco Antônio Correa, Claudio de Lemos, Gilberto Ricoboni, Gervásio Antonio Consolaro, Nivaldo Bento da Silva, Oscar Akira Oda, Jair Botero, Rolando Moris, Pedro Rosálio da Cunha Pereira, Rivaldo Ribeiro de Jesus, Alda Matias Lopes, Renato Cialfi Abbondanza, Aldrin da Rocha Pinto, Fernando Martins Navajas, Humberto Arlow, Cesar Augusto Fried Fantanppie, Paulo Eduardo Foresti e Toyomi Kamura.

Jornal Sinafresp

Diretor Responsável: Lauro Kuester Marin
Jornalista Responsável: Renata Eschiletti (Mtb 145/MS)
Repórter: Camila Brauer
Revisão: Andrea Herszszon
Diagramação: Alexandra Terzian Simonka
Impressão: Potiguara Ltda
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria do Sinafresp.



Endereço: Rua Maria Paula, 123,
17º andar – São Paulo – SP
CEP 01319-001
PABX: (011) 3113-4000
Fax: 3113-4007

E-mail: redacao@sinafresp.org.br
www.sinafresp.org.br